



Nota técnica

Quantas são as obras paradas no Brasil?

Carlos Saboia Monte

1. Quantas são as obras paradas no Brasil?

Segundo publicação do jornal Estado de São Paulo, na seção de Economia e Negócios, em 3 de julho de 2016, há cerca de 5.000 obras públicas paralisadas no país. Este número inclui obras sob responsabilidade do Governo Federal e de Governos Estaduais, segundo levantamento dos respectivos Tribunais de Contas.

Segundo levantamento do TCU publicado no último mês de julho de 2016, há 2.214 obras públicas paralisadas no Brasil com valor estimado de 16 bilhões de reais. Este número refere-se a obras executadas apenas por órgãos da Administração Federal.

Apesar das divergências entre os números acima, uma coisa é certa: há uma significativa quantidade de obras paralisadas, resultando em grandes prejuízos para o País, e que precisam ser retomadas o quanto antes.

Durante a cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Engenharia, da infraestrutura e do Desenvolvimento, realizada no dia 22 de novembro de 2016 na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal José Silva (SD/MG), Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Obras Paralisadas, mencionou que existem cerca de 1.500 obras que serão examinadas no âmbito do referido Grupo de Trabalho.

Desde o ano passado estão em curso ações de uma Comissão Externa constituída pelo Grupo de Trabalho sobre Obras Paralisadas a diversos estados brasileiros.

No Ceará, por exemplo foram recentemente visitadas as obras do Aeroporto Pinto Martins e do Rodoanel de Fortaleza.

2. Quais são as principais causas destas paralisações? Que importância tem este fato para a engenharia brasileira?

Poderíamos resumir as causas desse descalabro em 3 grupos principais:

2.1 - Falhas na Elaboração dos Projetos

- Falta de Estudos de Viabilidade

- Falhas nos Projetos Básicos e Executivos

- Falta de Licença Ambiental

2.2 - Escassez de Recursos Financeiros

2.3 Problemas na Administração das Obras

Concorrências e Contratos mal Formulados

Falhas na Fiscalização das Obras

Problemas com as Empresas Executoras das Obras

2.4 Outros Problemas Administrativos

Mudança de planos das novas administrações eleitas em substituição às anteriores que deram início às obras

Vamos examinar estas questões com mais detalhes a seguir:

2.1 – Falhas na Elaboração dos Projetos

A contratação e realização de uma obra deve ser precedida de estudos detalhados de natureza técnica, econômica e financeira.

A primeira etapa é o Estudo de Viabilidade em que são confrontadas as possíveis alternativas a serem adotadas, comparando-se custos e benefícios dentre elas, até que se possa afirmar com segurança qual é a melhor alternativa segundo relação custo/benefício.

A segunda etapa é a preparação dos Projetos Básico e Executivo, este último cobrindo detalhadamente todas as etapas de realização das obras, a saber: projeto arquitetônico, projeto construtivo, cálculo estrutural, estudo de solo e cálculo das fundações, projeto de instalações elétricas, projeto de instalações hidráulicas, projeto de segurança, orçamentos detalhados, etc. Todos estes sub-projetos devem incluir o detalhamento de custos de equipamentos, materiais, mão-de-obra, bem como os cronogramas de execução dos serviços componentes das diferentes fases da obra.

A completa realização destas etapas abrevia o tempo de construção pela eliminação de incertezas e de custos não previstos e sua desobediência é uma das mais importantes causas de acréscimo de custos e de prazos. É pois imprescindível que o projeto executivo não seja modificado, mantendo-se a sua integridade desde o início.

Também o Projeto Ambiental a ser analisado pelos órgãos competentes deve ser executado e submetido à aprovação prévia e seus custos incluídos no cálculo do custo completo da obra.

2.2 - Escassez de Recursos Financeiros

É fundamental, que antes do lançamento da concorrência pública, sejam identificados e comprometidos os recursos financeiros para a completa realização da obra, até o seu término.

A obra a ser executada ficará inevitavelmente prejudicada pela inexistência parcial ou total dos recursos financeiros necessários, sejam eles receitas próprias da Administração Direta que vai contratar a obra ou obtidos de fontes externas de financiamento (bancos públicos de fomento, instituições bancárias privadas, organismos internacionais) ,sejam eles onerosos ou a fundo perdido.

Esta é a segunda causa mais comum de paralisações de obras.

2.3 - Problemas na Administração das Obras

Estando os órgãos públicos obrigados a lançar concorrências para contratação de obras, e a contratar a empresa que oferecer o menor preço, todo cuidado deve ser tomado para assegurar a devida adequação dos termos da concorrência e posteriormente dos contratos assinados, visando não deixar brechas para a proposição pelas empresas contratadas de pleitos futuros, alegando a não inclusão nos contratos firmados de alguma parte dos serviços necessários à correta execução: são os chamados *claims* que resultam em reivindicações, aumentos de custos e consequentes atrasos.

Outro fator fundamental é a fiscalização do contrato por entidade dotada da indispensável competência, seja ela formada por profissionais da estrutura governamental ou por empresa terceirizada contratada para proceder a referida fiscalização.

Finalmente deve ser mencionado que uma empresa que apresentava Curriculum Vitæ impecável quando da realização da concorrência pode sofrer problemas posteriormente à sua contratação por fatores diversos e ser forçada a solicitar recuperação judicial podendo mesmo ser forçada a paralisar a obra. Porisso recomenda-se o contínuo exame da situação econômico-financeira da contratada e a

inclusão no contrato de penalidades a serem impostas às mesmas por atrasos e interrupções e a inclusão de cláusula que permita a substituição da empresa em caso de ocorrência de algum destes eventos.

Outra possibilidade a ser considerada para minorar os riscos é a contratação de uma apólice de seguro de desempenho para cobrir a qualidade da execução (performance bond)

2.4 Outros Problemas Administrativos

Poderíamos mencionar a substituição de responsáveis pelas obras, implicando estabelecimento de novos critérios de fiscalização, a troca de administrações ao final dos respectivos mandatos eleitorais e o eventual abandono de obras em execução por julgamento dos novos administradores com linha política diversa da de seus antecessores.

3. O papel da Engenharia na retomada das obras paralisadas

A primeira ação concreta para que possam ser retomadas as obras que foram objeto de paralizações é proceder-se a um diagnóstico completo das causas que motivaram os fatos ocorridos e como retomá-las.

Aí forçosamente entrará a Engenharia para realizar um exame dos aspectos arrolados no item 2.1 acima, que são objeto exclusivo de sua competência técnica.

Neste momento em que tantos obstáculos tem dificultado a retomada do crescimento do país e a conseqüente criação de novas frentes de trabalhos para os profissionais e as empresas de engenharia, apontamos estas 5.000 obras paralisadas como uma oportunidade única pela qual devemos lutar.



SDS Edifício Eldorado, salas 106/109

CEP 70392-901 • Brasília/DF

Telefone: (61) 3225-2288

secretaria@fne.org.br

www.fne.org.br